

Belo Horizonte, 03/06/19

OF PRUNART-UFMG 031/2019

Ilma Sra. Maria Lúcia Fattorelli
Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida
Auditoria Cidadã da Dívida e
Instituições Apoiadoras da ACD

Brasília - DF

Assunto: Convite - **I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR "DIREITO E ECONOMIA" EM MINAS GERAIS (I-CIDE-UFMG/RICDP)**

Ilmo Sra Coordenadora,

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por intermédio da Faculdade de Direito e Ciências do Estado, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD-UFMG) e do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça da Universidade Federal de Minas Gerais-PRUNART-UFMG, promoverá, em conjunto com a RED INTERNACIONAL DE CÁTEDRAS, INSTITUIÇÕES Y PERSONALIDADES SOBRE LA DEUDA PÚBLICA-RICDP, nos termos do Acordo Marco e do Acordo de Cooperação Acadêmica firmado entre ambas entidades, o **I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR "DIREITO E ECONOMIA" EM MINAS GERAIS (I-CIDE-UFMG/RICDP)** : "Direitos humanos e desenvolvimento no sistema econômico global. Impactos socioeconômicos da financeirização da economia e do endividamento público: desindustrialização e desemprego."

Tem-se na Constituição e no estado democrático de direito nela instituído, o locus de convergência de um consenso fundamental entre os diversos seguimentos e grupos de interesses presentes na sociedade, com suas concepções plurais acerca da realização humana, dos valores, fins e objetivos da vida em sociedade e dos meios para alcançá-los. Consenso esse que torna possível e viável a organização política, social e econômica de uma sociedade harmônica e fraterna comprometida a realização do direito fundamental ao desenvolvimento humano no horizonte de sentido que lhe atribui o direito econômico internacional, tendo por premissas, exclusivamente, os valores e princípios constitutivos da sociedade brasileira amparados na Constituição da República, excluídos eventuais reducionismos ou extrapolações de ordem político-ideológica. Almeja-se contribuir para o aprofundamento do diálogo social entre os atores públicos, econômicos, profissionais e os demais atores sociais e para a realização do projeto constitucional da sociedade brasileira.

O Congresso trará ao debate público, numa perspectiva interdisciplinar, especialmente no campo de interseção entre o Direito e a Economia – Constituição Econômica e Macroeconomia, os fenômenos da financeirização, do rentismo e do endividamento público: a) a análise do endividamento público como estratégia de sujeição dos países em desenvolvimento às políticas econômicas e financeiras ditadas pelas instituições e corporações transnacionais – poderes de fato atuantes em escala planetária -

representativas dos interesses do sistema financeiro global e dos “investidores internacionais”; b) a consequente transferência de grande parte do capital circulante para o sistema financeiro, sem retorno à economia produtiva, em detrimento do investimento produtivo, em infraestrutura e em tecnologia e inovação; c) a estagnação do desenvolvimento econômico e social daqueles países, como é o caso do Brasil, além da perda da soberania e do direito internacional à autodeterminação política, econômica, social e cultural; d) a abordagem, na perspectiva microeconômica e à luz do projeto de sociedade inscrito na Constituição, das seguintes questões conjunturais na medida em que associadas ao contexto acima referido: fatores determinantes do persistente processo de estagnação econômica, do acelerado e precoce processo de desindustrialização e do déficit em tecnologia e inovação experimentado ao longo das últimas décadas na economia brasileira; os avanços e os impactos globais das tecnologias 4.0, especialmente, no que diz respeito ao futuro do trabalho e das pequenas e médias empresas nos países em desenvolvimento, como é caso do Brasil.

Em adição, serão tratadas ainda, a questão previdenciária, fiscal e tributária, como questões conjunturais associadas ao quadro acima delineado.

Enfim, serão objeto de reflexão a questão da democracia e do pacto federativo no paradigma do estado democrático de direito instituído pela Constituição de 1988 que se situam como “pano de fundo” no quadro de referência do Congresso, além da busca de alternativas para uma economia do desenvolvimento baseada no desenvolvimento econômico e social.

Estão confirmadas como correalizadoras do evento, dentre outras, as diversas instituições nominadas abaixo, que em *parcerias acadêmicas e/ou institucionais* são também signatários do presente projeto, além de outras instituições participantes na condição de apoiadoras. Já constam do rol das instituições correalizadoras, além inúmeras que estão por oficializar sua participação, as seguintes:

- Tribunal Regional do Trabalho – TRT3
- Ministério Público do Trabalho - MG
- Ordem dos Advogados do Brasil- OAB
- Assembleia Legislativa de Minas Gerais- ALEMG
- Associação Mineira de Municípios - AMM
- Auditoria Cidadã da Dívida
- Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de Minas Gerais FETHEMG
- Central Sindical: União Geral dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais.
- Central Sindical: Força Sindical de Minas Gerais
- Central Sindical: Nova Central Sindical de Trabalhadores de Minas Gerais
- Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Higienização, Desinsetização, Portaria, Vigia e dos Cabineiros de Belo Horizonte - SINDEAC
- Sindicato Dos Condomínios Comerciais, Residenciais E Mistos De Minas Gerais – SINDICON
- Sindicato Das Empresas De Asseio E Conservação Do Estado De Minas Gerais - SEAC
- Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais – SINDILURB
- Outras em fase de confirmação

Com o objetivo de oferecer maiores detalhes encaminhamos também os Anexos I, II, III, IV e V que contêm um *briefing*, lista temática, grupos de trabalho temáticos, palestrantes confirmados e lista atual das instituições correalizadoras, patrocinadoras e apoiadoras.

O Congresso destina-se a amplo público

- Professores, pesquisadores e estudantes
- Juristas, economistas e advogados
- Dirigentes sindicais de representação profissional e empresarial
- Autoridades públicas do poder executivo, legislativo e judiciário
- Cidadãos interessados

Além da dimensão social e interinstitucional o I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR "DIREITO E ECONOMIA" (I-CIDE-UFMG/RICDP) comportará uma dimensão acadêmica, que será realizada por intermédio do *Congresso Interdisciplinar de Estudiosos e Pesquisadores em Direito e Economia do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça da Universidade Federal de Minas Gerais-PRUNART-UFMG* (I-CIPEDE- PRUNART-UFMG) que será também parte da programação do Congresso. Um Congresso específico dentro do Congresso maior. O Congresso para estudiosos e pesquisadores visa fomentar a pesquisa universitária sobre os temas que serão debatidos no congresso maior.

Além dos temas que será tratados nos painéis e conferências (vide Anexo I), o Congresso tratará também, nos Grupos de Trabalho dos seguintes temas:

Grupos de Trabalho - Temas para submissão dos trabalhos científicos:

- I. Consequências políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais da desregulação e da liberalização do sistema financeiro e da transnacionalização da produção e dos mercados no processo de desenvolvimento dos países emergentes.
- II. Estado Democrático de Direito: Constituição, Democracia e Economia.
- III. O direito fundamental ao desenvolvimento humano no direito internacional econômico e na Constituição de 1988: dimensões jurídica e econômica.
- IV. As instituições internacionais de governança econômico-financeira e as instituições internacionais de defesa dos direitos humanos fundamentais: caminhos antagônicos?
- V. Finanças Públicas, dívida pública, políticas públicas e desenvolvimento
- VI. Desenvolvimento e meio ambiente.
- VII. Neocolonialismo jurídico.
- VIII. Administração da justiça econômica: o papel do Poder Judiciário.
- IX. O futuro do trabalho na economia globalizada: impactos da financeirização da economia e das tecnologias 4.0 no direito ao trabalho e no Direito do trabalho.
- X. Mídia (mass media), big data e(in)visibilidade no sistema econômico global.
- XI. "A Emenda Constitucional nº 95 (PEC do teto dos gastos públicos)" e as reformas trabalhista e previdenciária.
- XII. Direitos humanos e desenvolvimento no sistema econômico global.
- XIII. A contribuição do sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (Art. 625-H, CLT) a) para o desenvolvimento econômica, social e ambientalmente sustentável, b) como alternativa para o enfrentamento dos desafios do sindicalismo

profissional e empresarial contemporâneo no contexto da reforma trabalhista e c) para o fortalecimento da representação e da legitimidade sindicais por meio da institucionalização do tripartismo local, do diálogo social e da concertação social, de instrumentos de prevenção e resolução consensual dos conflitos individuais e coletivos do trabalho, de instrumentos de adequação setorial negociada das normas legais e de negociação coletiva permanente.

Assim, por intermédio de V. Sa., na condição de Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida vimos formalizar convite, **EXTENSIVO ÀS INSTITUIÇÕES APOIADORAS DA ACD**, para que essas respeitáveis instituições, caso os respectivos órgãos decisores entendam conveniente e oportuno, emprestem seu indispensável apoio ao evento, na condição de instituição patrocinadora e/ou apoiadora e, nessa condição, passe a integrar o Comitê Interinstitucional Organizador que dará continuidade a uma série indefinida e periódica do evento.

Em caso afirmativo solicitamos o encaminhamento de resposta para 1cide.ufmg@gmail.com (Coordenação do Comitê Interinstitucional para Realização do I congresso Internacional Interdisciplinar "Direito e Economia"-UFMG/PRUNART/RICDP – MG.

Na expectativa de que seja possível a participação e apoio dessas instituições, antecipo os agradecimentos, em nome do Comitê Interinstitucional Organizador (CIO) do I congresso Internacional Interdisciplinar "Direito e Economia".

Antônio Gomes de Vasconcelos

- *Professor da Faculdade de Direito da UFMG*
- *Coordenador do Comitê Interinstitucional para realização do I congresso Internacional Interdisciplinar "Direito e Economia"-MG*
- *Coordenador do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça da UFMG – PRUNART-UFMG*
- *Membro do Comitê Interinstitucionaldo PRUNART-UFMG*



CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR

"DIREITO E ECONOMIA"

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO (UFMG)

IV CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR
DE LA 'RED DE CÁTEDRAS, INSTITUCIONES
Y PERSONALIDADES SOBRE EL ESTUDIO DE LA DEUDA PÚBLICA'



FACULDADE DE DIREITO UFMG
Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito
Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à
Administração da Justiça PRUNART-UFMG

